



A RESISTÊNCIA E A FORÇA DAS MARIAS: AUTONOMIA PRODUTIVA E GERAÇÃO DE RENDA NO ASSENTAMENTO BERNARDO MARIN II¹

José Erison Lima Pereira

Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade
Estadual Vale do Acaraú - (PROPGEO/UVA), Sobral - CE.

E-mail: erisonlima@yahoo.com.br

Aldiva Sales Diniz

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade
Estadual Vale do Acaraú - (PROPGEO/UVA), Sobral - CE.

E-mail: aldiva_sales@uvanet.br

INTRODUÇÃO

A histórica concentração fundiária brasileira tem gerado uma acirrada disputa por terra nas diferentes regiões do país. Esse contexto de disputas envolvendo proprietários de terras e camponeses tem ocasionado conflitos no campo e mobilizado setores da sociedade civil em defesa da Reforma Agrária em nosso país.

Da luta contra o latifúndio na esperança de ver a terra dividida para quem nela vive e trabalha, surge em 1984 o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), um dos maiores movimentos sociais da América Latina, com representação em 24 (vinte e quatro) das 27 (vinte e sete) unidades federativas do Brasil.

O MST tem como elemento marcante no processo de luta pela terra, a ocupação de terras improdutivas que, na concepção de (Fernandes, 2000, p. 281)

é um processo socioespacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra.

Esse mesmo autor ainda acrescenta que:

Criminalizar as ocupações é se esquivar do problema sociopolítico e econômico que elas representam. É condenar famílias sem-terra que lutam pela recriação de suas existências como trabalhadoras. É aceitar os interesses dos latifundiários e o processo de intensificação da concentração da terra (Fernandes, 2000, p. 281).

¹Este trabalho é parte integrante da pesquisa de Mestrado (ainda em construção), vinculado ao PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PROPGEO, da UVA – (Universidade Estadual Vale do Acaraú), em Sobral-CE, que tem como título: Processos formativos, consciência política e resistência camponesa no Assentamento Bernardo Marin II, em Russas – CE.



Ao se manifestar dessa forma o autor não somente enaltece a importância das ocupações enquanto estratégia de conquista da terra pelos camponeses, como também chama a atenção para o fato de que a elite agrária brasileira tem buscado com o apoio da mídia conservadora criminalizar as ações praticadas pelos movimentos sociais na luta por seus direitos constitucionais. Ao mesmo tempo, o autor conclama a sociedade civil a entrar na luta contra o latifúndio que impera no campo e que tem contribuído para o agravamento das desigualdades e a intensificação da miséria social em território nacional.

É, sobretudo a partir das ocupações dos latifúndios, que os camponeses transformam a terra de exploração em terra de trabalho. Isso porque as ocupações representam a maior manifestação de força dos camponeses no processo de reivindicação por reforma agrária no Brasil. Mesmo que uma ocupação não se converta em desapropriação e conseqüentemente em assentamento de reforma agrária, esta possui poder de barganha nos momentos de negociação com o Estado ou com instituições como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), por exemplo.

Quando desapropriadas, as terras reivindicadas pelos camponeses se convertem em Assentamentos de Reforma Agrária, que nas palavras de (Fernandes, 1996) são frações do território conquistado pelo camponês.

Quem também corrobora com Fernandes (1996) sobre o que representa os assentamentos é (Diniz, 2009), quando diz:

[...] é o próprio assentamento, entendido aqui como uma fração do território, pois o camponês, ao conquistar a terra, estabelece outras relações que se diferenciam daquela organizada pela sociedade capitalista. A relação de trabalho estabelecida aqui é baseada no trabalho da família. (p. 29-30).

É também no interior dos assentamentos que os camponeses se organizam e unem forças criando estratégias de resistência. É no núcleo dos assentamentos que o processo de gestão democrática é praticado, onde as decisões primam pela defesa dos interesses coletivos e não individuais. Enfim, é no seio dos assentamentos que a organicidade² do camponês é construída.

² Chamamos de organicidade a relação que deve ter uma área de atuação do movimento de massas com todas as outras, isto porque um movimento social, nos moldes do MST, é muito complexo e sua construção atinge várias dimensões da vida humana (Bogo, 1999, p. 131).



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SOUSA

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Na interpretação de (Bogo, 1999, p. 133), a “A organicidade é a forma eficiente de ir eliminando os aspectos espontâneos e ingênuos da consciência dos camponeses; estes, através do tempo, passam a perceber como se dá o controle da sociedade e onde se localizam os interesses antagônicos das classes organizadas”. É por força da organicidade que qualquer movimento social consegue manter coesa a massa, na luta para alcançar seus objetivos.

Partindo do princípio de que a luta pela reforma agrária não se restringe ao fato de distribuir terras para o camponês, havendo portanto a necessidade de se oferecer condições para que esse camponês trabalhe a terra e dela retire o seu sustento com dignidade e que dentro dos assentamentos podem ser desenvolvidas atividades diversas de forma a contribuir com a renda familiar dos assentados, buscamos aqui compreender como o Grupo de Mulheres Vitória da Luta, do Assentamento Bernardo Marin II se constitui enquanto elemento de resistência camponesa e gerador de renda para as famílias que o integram.

Depois de assentados, camponeses e camponesas passam a enfrentar diferentes situações que exigem desses novos sujeitos sociais a re(criação) de um novo modo de vida que não depende somente dos saberes adquiridos enquanto eram explorados pelos proprietários de terra em qualquer que fosse a relação produção ou até mesmo em uma atividade produtiva que não fosse a agricultura.

Também precisam desenvolver habilidades que não necessariamente estejam ligadas diretamente ao trabalho com a terra. Isso porque o que o camponês produz de excedente em sua atividade primária, é pouco valorizada e ainda enfrenta a figura do atravessador quando tenta fazer com que sua produção excedente chegue ao mercado consumidor.

Uma outra questão a ser observada diz respeito a inserção da mulher nas atividades produtivas dentro do assentamento, que não necessariamente devam ser associadas ao trabalhar a terra, plantar e colher as hortaliças, legumes e frutos na condição de agricultoras propriamente dita. Existem inúmeras alternativas que possibilitam processar o que é retirado da terra enquanto matéria-prima e a essa matéria-prima agregar valor que possa contribuir para a geração de renda das famílias assentadas.

O dinamismo produtivo e social nas áreas de assentamentos de reforma agrária de forma a promover a resistência e garantir a dignidade de assentados e assentadas que lutam por uma transformação social a partir da construção de um estilo de vida fundamentado na coletividade, cooperação e no respeito aos diferentes saberes e experiências camponesas que coexistem dentro de um Assentamento se constitui um grande desafio para o MST enquanto movimento social e político que luta pela reforma agrária.



METODOLOGIA

No que se refere a metodologia adotada na elaboração desse trabalho, primeiramente foi feito um levantamento bibliográfico em livros, artigos, dissertações, teses, cadernos de formação produzidos pelo MST e na página oficial do Movimento, objetivando um maior aprofundamento do conhecimento sobre a temática e a problemática em estudo. Posteriormente foram feitas algumas visitas ao Assentamento onde residem e trabalham os sujeitos da pesquisa (as mulheres que compõem o Grupo de Mulheres Vitória da Luta), quando além de conversas informais sobre a formação, existência e desafios do grupo, acompanhamos etapas da produção dos derivados da castanha de caju, período quando utilizamos a técnica da entrevista do tipo semiestruturada, tendo como objetivo obter informações a partir da vivência e prática do grupo de mulheres. Além de registros em caderno de campo, foram feitos alguns registros fotográficos do espaço onde o grupo de mulheres desenvolvem suas atividades. Com base nesses procedimentos foi possível apreendermos o contexto que envolve o cotidiano dessas mulheres que tentam dinamizar o dia a dia em um território de assentamento de reforma agrária em busca de uma vida digna, distante da exploração e sujeição dos grandes proprietários de terra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Composto por 7 (sete) mulheres assentadas do Bernardo Marin II, o Grupo de Mulheres Vitória da Luta foi criado em setembro de 2023 e surge a partir da mobilização e articulação com a COOPALC (Cooperativa Agroindustrial Luiz Carlos), localizada no município de Chorozinho-CE, cooperativa a qual o Assentamento é vinculado e que reúne 82 cooperados e cooperadas distribuídos em cinco assentamentos localizados no Estado do Ceará.

Tudo começou quando a COOPALC estabeleceu uma parceria com a marca de produtos veganos CAYU, do município de São Sebastião-SP, que buscava fornecedores artesanais de laticínios veganos à base de castanha de caju produzidos a partir da agricultura familiar.

Dessa parceria entre a COOPALC e a CAYU é ofertado no mês de setembro de 2023 a assentados e assentadas de três núcleos de assentamentos no Ceará, curso de capacitação no beneficiamento da castanha de caju. A capacitação ocorreu no núcleo da sede da Cooperativa, no Assentamento José Lourenço no município de Chorozinho, no núcleo do Assentamento Rosa Luxemburgo em Jaguaruana e no núcleo do assentamento Bernardo Marin II, em Russas.

No assentamento Bernardo Marinho II, a capacitação aconteceu de 19 a 22 de setembro de 2023, na residência da família de Ana Rejane de Oliveira do Nascimento, uma das



integrantes do grupo e contou com 10 (dez) participantes, nove mulheres e um homem. Atualmente o grupo é composto por 7 (sete) mulheres que semanalmente se reúnem para produzir os derivados da castanha de caju e põem em prática os ensinamentos adquiridos durante a capacitação a que foram submetidas em setembro de 2023 e atender a demanda das encomendas recebidas pelo grupo.

Sobre o aprendizado adquirido durante o período de capacitação realizado em 2023, uma das componentes do grupo diz:

O processo de capacitação foi um momento de muitas descobertas e conhecimento, pois nenhuma de nós sabíamos que era possível produzir a pasta, os queijos, o leite, o requeijão da castanha do caju. Outro conhecimento foi entender o que é um alimento vegano e sua importância para a nossa saúde, para a sociedade. Nesse sentido compreendemos que os produtos derivados da castanha que aprendemos a fazer durante a capacitação como a pasta da castanha do caju, o queijo cremoso da castanha do caju, o requeijão da castanha do caju, o leite da castanha do Caju, o queijo maturado da castanha do caju são produtos saborosos com grande valor nutricional, sem glúten, sem lactose e com uma importância também para a humanidade, pois eles contribuem com a redução dos gases estufa que prejudicam a camada de ozônio do nosso planeta Terra e que esta nossa produção além de ser uma produção saudável, ela também enfrenta a crise climática. Ela fortalece a Reforma Agrária Popular e a agricultura de base agroecológica, e também é uma fortaleza para nosso grupo orgânico do MST. (Maria de Jesus dos Santos Gomes, assentada do Bernardo Marin II e integrante do Grupo de Mulheres Vitória da Luta).

A fala da assentada reforça a defesa do Movimento no que se refere à ideia de que não basta distribuir terra se quisermos que o camponês permaneça no campo em áreas de assentamento de Reforma Agrária. O desenvolvimento dos assentamentos perpassa sobretudo por um processo de formação contínua e de capacitação constante e atualizada que possibilite aos assentados e assentadas a formação da consciência política e permita o desenvolvimento de atividades produtivas capazes de dinamizar sua renda familiar de forma a atender suas demandas econômicas e sociais.

Durante os primeiros meses de existência, o grupo de mulheres trabalhou em um espaço que pertence a residência de uma das integrantes, mas atualmente está acomodado em uma estrutura que foi construída para abrigar uma “casa de farinha” do assentamento. A estrutura do espaço não atende às necessidades do grupo no seu processo de beneficiamento da castanha de caju. Essa situação compromete a produtividade e levou a lutarem pela construção de uma estrutura que comporte e atenda às demandas de produção, armazenamento e comercialização dos produtos.

Nessa perspectiva, já foi elaborado um projeto de construção de uma estrutura, capaz de abrigar equipamentos e oferecer condições para que essas mulheres possam dinamizar sua produção, seria no caso a construção de uma agroindústria no assentamento, onde a atividade



de beneficiamento da castanha de caju deixe de ser exercida de forma improvisada e passe a funcionar dentro de padrões técnicos e de higiene recomendados, adquirindo assim melhor qualidade e conseqüente maior aceitação no mercado.

A luta do Grupo de Mulheres Vitória da Luta iniciada há pouco mais de dois anos está legitimamente vinculada à defesa da construção de uma agroindústria no interior do Bernardo Marim II, isso porque essa luta representa não somente uma possibilidade de ampliação da produtividade do grupo, como também a geração de emprego e renda pra juventude do Assentamento que atualmente é forçada a abandonar o território por não oferecer trabalho que não seja o de cultivar a terra.

Na tentativa de romper com a narrativa de que o rural é sinônimo de atraso, não oferece nenhum futuro para o camponês, situação que tem feito com que a população do campo migre para o ambiente urbano em busca de melhores condições de vida, o Movimento defende o ideário da construção de Agroindústrias dentro dos assentamentos como estratégia de fixação do camponês à terra. Agindo dessa forma reduz o inchamento das cidades e tenta acabar com o estigma de que o rural é um inferno e que somente nas cidades é que é lugar bom de viver.

Ao argumentar em defesa do desenvolvimento do campo enquanto território capaz de oferecer alternativas de emprego no processamento de matéria-prima produzida pelo campesinato (FERNANDES; STEDILE, 2012, p. 109) afirmam:

Também incorporamos essa ideia da agroindústria porque rompemos com o medo de ser apenas um movimento de camponeses, de apenas pensar na agricultura. A agricultura é fundamental porque trabalhamos com a terra, mas não podemos apenas produzir matérias-primas e deixar os capitalistas enriquecerem às nossas custas. Temos que dar um passo a mais. Ou seja: nós mesmos transformarmos a matéria-prima produzida pela terra, para não sermos explorados pelas multinacionais da agroindústria, para podermos agregar valor e vender o produto mais barato, com maior acesso ao mercado de massas da cidade FERNANDES; STEDILE, 2012, p. 78-79).

Defender a implementação de agroindústrias no interior dos assentamentos não significa menosprezar a agricultura ou pensar somente com a mente de quem ver essa atividade apenas como produtora de matéria-prima para atender às grandes empresas capitalistas. Significa também ver o mundo com outros olhos e perceber que no campo é possível oferecer condições que favoreçam a permanência principalmente do jovem camponês em áreas de reforma agrária. Construir agroindústrias em assentamentos além de fixar o camponês à terra impedindo que este se insira no ambiente caótico das cidades, fortalece a resistência de assentados e assentadas contra a exploração e o assalariamento.

Considerando que há muita diferença entre o que é oferecido como alimento na cidade de 45 anos atrás e o que é ofertado hoje, onde praticamente só o feijão e o arroz quase não



passam pela indústria e o processamento de alimentos se torna cada vez mais sofisticado, futuramente só vai continuar na agricultura quem se vincular a agroindústria. Do contrário, o campo vai continuar apenas como fornecedor de matéria-prima e dependente na sua totalidade de tudo é processado nas cidades. Isso pode até parecer exagero, mas “a agroindústria, como qualquer indústria, consegue produzir e fazer sobrar bem mais dias de serviço do que na agricultura porque a produção é mais rápida” (MST, 1991, p. 145).

Mas não se trata necessariamente de produzir mais rápido e sim de ocupar espaço no setor produtivo e não ficar refém de grandes complexos industriais de processamento de alimentos que na maioria das vezes pagam preços mínimos pelo que é produzido pelo camponês uma vez que seu objetivo maior é o lucro.

Da castanha de caju, o Grupo de Mulheres está produzindo treze derivados e somente dois ou três desses produtos fazem uso de água na sua composição. Este fato, segundo uma das integrantes do grupo, dá credibilidade e respaldo ao trabalho que as mesmas desenvolvem em uma área do semiárido nordestino, onde a dificuldade de abastecimento de água é uma realidade no próprio Assentamento.

Dentre os produtos feitos pelas mulheres do Grupo Vitória da Luta no Assentamento Bernardo Marin II, mencionados anteriormente na fala de Maria de Jesus, estão o biscoito, o bombom, a paçoquinha, a pasta, o queijo de castanha, o queijo cremoso, o requeijão, o leite, a manteiga e o doce, todos eles feitos a partir da castanha do caju. Também são processadas e comercializadas a castanha assada no forno e a castanha caramelizada com mel de abelha. Todos eles produzidos pelas mãos de mulheres camponesas que mesmo tendo de cuidar da casa, de marido e de filhos ainda encontram tempo para de forma coletiva trabalhar no beneficiamento da castanha de caju.

Algumas das receitas utilizadas na fabricação dos produtos são elaboradas pelas próprias mulheres, enquanto que outras resultam de pesquisas na internet que, depois de passarem por adequações às realidades produtivas do próprio grupo em consonância com os ingredientes que elas dispõem. Vale ressaltar que, um produto só passa a ser produzido para comercialização quando provado e aprovado pela maioria das mulheres responsáveis pela produção.

De todos os produtos feitos pelas mulheres do Vitória da Luta, dois (a paçoquinha e a pasta da castanha de caju) já receberam o selo da marca Terra Conquistada.

Gene Santos, dirigente do Movimento vê a conquista da marca como

uma reafirmação de que a luta pela terra, a luta pela reforma agrária é importante, não só para produzir alimento, mas para produzir resistência, para produzir identidade e



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-FONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

deixando muito claro que o MST é um movimento que luta pela terra, luta pela produção de alimento, que luta pela vida (Lima, 2022).

A Terra Conquistada é uma marca própria do MST do Ceará criada em 2022, que tem como objetivo fortalecer as características sociais e ambientais da produção, dando ênfase à agroecologia e às relações de trabalho baseadas na cooperação.

Para (Pinheiro, 2002, p. 63)

A cooperação agrícola é definida pelo MST como um modo de administração do assentamento pelo trabalho compartilhado em que os resultados são repartidos conforme a participação de cada um. O seu objetivo é juntar forças para ter melhores oportunidades de competir em um sistema em que os grandes proprietários são privilegiados. O MST aborda o trabalho associativo como estratégia de enfrentamento ao modo de produção capitalista, defendendo a noção de que os trabalhadores devem se unir para não serem "engolidos pelos maiores".

No Grupo de Mulheres Vitória da Luta, percebemos que essa cooperação definida pelo MST e abordada pelo autor está presente no cotidiano dessas camponesas que resolveram unir forças e construir consciência e resistência de forma coletiva no interior do Assentamento. Em conversa com elas, ouvimos relatos de que há um controle dos dias e horas trabalhados por cada uma e que ao final do ciclo de produção e comercialização dos produtos, depois de subtraído os recursos que foram investidos na compra de matéria-prima (castanha, mel, açúcar, sal, etc.) e na compra das embalagens e despesas com transporte, “o que sobra” é dividido entre elas, proporcional ao número de dias e horas trabalhadas por cada uma delas.

Ao agirem dessa forma, as mulheres do Bernardo Marin II estão democratizando a riqueza produzida coletivamente com o beneficiamento da castanha de caju, conforme enfatizou Pinheiro (2002), quando disse: “[...] na cooperação agrícola, o resultado da produção é revertido para todos os trabalhadores, promovendo a democratização da riqueza produzida.” (Pinheiro, 2002, p. 64).

Além do mais, como existe historicamente a luta da classe trabalhadora para se livrar da exploração das elites políticas e econômicas que sempre dominaram e tiveram em suas mãos o poder de decisão sobre o que deva ser produzido, processado e comercializado no mercado, de forma a atender aos interesses dos proprietários dos meios de produção, essa liberdade somente será alcançada se a classe trabalhadora unir forças no sentido de romper também com a cerca do capital.

E o rompimento da *cerca do capital* depende muito da organização da classe trabalhadora dentro dos sindicatos, associações, cooperativas ou qualquer outra forma de organização. E como a luta da classe trabalhadora visa a transformação da sociedade a partir de sua organização



“[...] as associações e as cooperativas não devem se organizar apenas com objetivos econômicos, mas também com objetivos políticos, de longo prazo, que permitam conscientizar os trabalhadores para fortalecer as suas lutas, tendo em vista a transformação da sociedade, e chegar ao controle absoluto dos meios de produção. (MST, 1991, p. 146).

Das 48 (quarenta e oito) famílias do Bernardo Marin II, 5 (cinco) já possuem certificação de produção orgânica de alimentos desde 2022. Esta é a primeira vez que no Ceará esse tipo de documento foi concedido em uma área de assentamento. A certificação é fornecida pela (OCS) Organização de Controle Social e representa para os produtores assentados o acesso a uma via legal de comercialização de orgânicos, e para quem consome, a garantia de uma alimentação saudável e livre de veneno.

A criação da marca Terra Conquistada pelo MST do Ceará que possibilitou o registro de produtos feitos no Bernardo Marin II e a certificação de alguns destes produtos pela Organização de Controle Social, mostra que no Assentamento, os princípios da Agroecologia³ defendidos pelo Movimento estão presentes em algumas atividades desenvolvidas pelos assentados e assentadas daquele território camponês.

A defesa da Agroecologia representa uma guinada rumo a um modelo de agricultura camponesa e familiar dentro dos assentamentos de Reforma Agrária, e parte do princípio de que o uso dos agrotóxicos e aditivos químicos destroem o meio ambiente, a saúde de todos os seres e colocam em risco o futuro da humanidade. A partir dessa premissa, os Sem-Terra desde os anos 2000, iniciaram um processo de transição do modelo de produção convencional para outro modelo, com a matriz de produção baseada na agroecologia e produção de alimentos saudáveis, em equilíbrio com a natureza.

Ao exaltar as atividades do grupo do Bernardo Marin II que trabalha no beneficiamento da castanha de caju, não poderíamos deixar de fazer referência à questão de gênero que também é uma das bandeiras de luta do Movimento dos Sem Terra. Até porque, no processo histórico de luta pela terra e construção do MST, as mulheres sempre estiveram presentes em todos os momentos de enfrentamento ao latifúndio, seja nas ocupações de terra, acampamentos, assentamentos, ocupações de sedes do INCRA ou qualquer outro espaço de reivindicação nos momentos de confrontos com o Estado na defesa da reforma agrária.

Dentro no Movimento, já na realização do 1º Congresso Nacional em 1984, inicia-se uma articulação importante em defesa da garantia da participação de mulheres na composição

³Os princípios norteadores da agroecologia que têm como perspectiva geral entender a propriedade como um agroecossistema completo, no qual práticas agrícolas tradicionais e ideias inovadoras, conhecimento secular e descobertas da ciência moderna dialogam em condições de igualdade (Marcos, 2019, p. 102).



da organicidade do MST. Por ocasião da 1ª Assembleia, as mulheres já tomaram a iniciativa de construir grupos de mulheres em cada área de acampamento e assentamento, bem como criando as comissões municipais e estaduais de mulheres, definições essas que passam a fazer parte das deliberações gerais do Congresso.

O posicionamento do MST em defesa da inserção da mulher já está presente no Caderno de Formação Nº 1 publicado em 1986, quando na redação dos Princípios Gerais consta no item 3 o seguinte: “Lutar pela terra com a participação de todos os trabalhadores rurais, sejam arrendatários, meeiros e assalariados e pequenos proprietários, estimulando a participação das mulheres em todos os níveis” (MST, 1986, p. 7).

O mesmo acontece por ocasião da produção e publicação do Caderno de Formação Nº 5 em 1985, que tinha como objetivo orientar as lideranças do Movimento Sem Terra na organização dos companheiros de base. Neste exemplar, ao mencionar no item 9 (nove) alguns princípios de organização a serem seguidos pelas lideranças, lá está bem claro no tópico primeiro: “Em todos os níveis de organização: nos núcleos de base, nos grupos de ocupação, comissão municipal, comissão dos movimentos regionais, comissão estadual, e coordenação nacional, deve ter companheiras mulheres trabalhadoras” (MST, 1985, p. 16).

Mas ao que tudo indica, foi no Caderno de Formação Nº 15 publicado em 1988, intitulado **A mulher nas Diferentes Sociedades**, que aparecem as primeiras formulações teóricas do Movimento direcionadas a formação da consciência das mulheres ao fazer uma releitura o papel por elas ocupado nos diferentes contextos históricos a começar pela sociedade **primitiva** perpassando pela **idade da pedra**, pela sociedade **escravista** e **feudalista** até chegar a **capitalista**. Esse resgate histórico de como a mulher esteve inserida nos diferentes modelos de sociedade tem o seu papel no combate ao machismo estrutural que se manifesta através de leis, costumes e comportamentos que sempre se perpetuaram nos diferentes contextos sociais, acentuando dada vez mais a desigualdade de gênero. Segundo o documento “esse material deve servir como orientação de estudo nos núcleos de mulheres, nas comunidades, nos assentamentos e, se possível discutido junto com os companheiros” (MST, 1988, p. 3).

Quando o documento defende que o mesmo deva ser discutido também com os companheiros do sexo masculino, nos remete ao entendimento de que no combate a qualquer que seja o tipo de discriminação e preconceito social, é imprescindível a presença e o envolvimento dos mais variados setores e grupos que a compõem.

Nas entrelinhas do mesmo Caderno de Formação, percebemos a intencionalidade do Movimento em contribuir com a formação de uma mulher politicamente consciente do seu



papel social nos diferentes contextos e que a importância dessa mesma mulher deva ser reconhecida pela sociedade contemporânea enquanto integrante de uma classe social explorada pela classe dominante e que precisa sobretudo ser valorizada enquanto componente da categoria “classe trabalhadora” e que deve lutar para superar a condição de submissão que sempre viveu.

Na página 16 do mesmo caderno fica explícito a situação de exploração a que a mulher foi e ainda é submetida ao longo da história da humanidade e que em muitos aspectos ainda perduram na contemporaneidade, situação que precisa ser superada:

Ao longo de toda história a mulher da classe dominada foi vítima de uma dupla exploração - uma opressão de classe e uma opressão de gênero - oprimida por ser proletária; oprimida por ser mulher. Durante todo esse tempo, viveu afundada no mais profundo obscurantismo, vítima de preconceitos, preconceitos esses compartilhados, inclusive, por seus companheiros. (MST, 1988, p. 16)

O mesmo texto sugere que a mulher não deve esperar uma emancipação que possa partir de qualquer movimento social que não seja formado por elas próprias, e que essa é uma luta que precisa unir forças com quem possa contribuir para a libertação das mulheres em duas grandes frentes, ao acrescentar que:

Desse modo, cabe à mulher, lutar em duas frentes: por sua classe, lutar porque é oprimida como classe e lutar porque é oprimida enquanto sexo. Essa não é uma luta que divide forças como alguns oportunisticamente tentam alegar; é uma luta que junta forças porque, nessa luta, nessa busca de libertação, vai surgir uma mulher nova, inteira, integralmente capaz de gerir a sua vida e partilhar igualmente da construção dessa sociedade nova que se almeja (MST, 1988, p. 16).

Quando as mulheres do Bernardo Marín II se dispõem a adicionar mais uma jornada de trabalho ao seu dia a dia enquanto mulher, mãe, esposa e camponesa que habita um território conquistado com muita luta, onde a permanência neste lugar requer um esforço gigante pra superar a carência de escolas pra seus filhos em todos os níveis e até mesmo a dificuldade de acesso à água potável, significa portanto um avanço no processo de libertação inclusive financeira.

Quando estas mulheres conseguem a duras penas, processar e comercializar os derivados da castanha de caju e gerar uma renda extra pra suas famílias, elas estão também construindo suas próprias identidades de camponesas e de mulheres capazes de superar as adversidades e resistindo aos intempéries que a vida no campo as impõe.

A união e esforços do grupo funciona como

[...] resposta e resistência às pressões geradas pelo avanço do modo capitalista de produção no campo, o campesinato tem produzido uma série de estratégias para se esquivar da *sujeição da renda da terra ao capital* ou, no mínimo, reduzir seu impacto sobre sua possibilidade de reprodução” (Marcos, 2019, p. 101).



Para dinamizar e incrementar a geração de renda de suas famílias, as mulheres do Bernardo Marin II escolheram um caminho rápido, prático e eficiente. Quando surgiu a oportunidade da primeira capacitação para o beneficiamento da castanha de caju em 2023, elas logo arregaçaram as mangas e enfrentaram tal desafio. Superado esse primeiro obstáculo, era hora de se articularem e partirem para a prática. Mas considerando que para produzir os derivados da castanha era necessário unir forças e coletivizar o trabalho, a produção e a comercialização, elas logo formaram um grupo. “O grupo coletivo é a melhor maneira de organização para produzir, independentemente de existir associação ou não. Porque o grupo coletivo não depende de representatividade legal para existir. Basta as pessoas quererem. Não precisa dar satisfação a ninguém. (MST, 1991, p. 165).

Dessa forma, elas não estão somente desenvolvendo uma atividade qualquer dentro do Assentamento. Enquanto trabalham os dias necessários ao atendimento das demandas de produção, elas estão também dando visibilidade ao Bernardo Marin II, estão demonstrando que dentro desse território é possível o desenvolvimento de atividades produtivas sem que para isso tenha que explorar o trabalho alheio e ainda estão ocupando seu espaço enquanto mulheres capazes de gerirem suas ações dentro de um território camponês onde na maioria das vezes é dominado pelo poder patriarcal. Além do mais, é uma manifestação de que a reforma agrária popular quando praticada sob condições que possibilitem aos camponeses o desenvolvimento da sociabilidade e cooperação, permite que estes produzam o seu sustento sem que para isso tenham que vender sua força de trabalho.

O que as mulheres do Assentamento Bernardo Marin II praticam há mais de dois anos é só mais uma estratégia que camponeses e camponesas da contemporaneidade fazem uso no seu processo de re(construção) do seu modo próprio de viver a vida. “Seja qual for sua origem, tais estratégias são o resultado de uma outra lógica de organização da vida e da produção, e, quando articuladas, nos coloca diante de uma outra possibilidade de relação com a terra, com a alimentação, com o consumo, com o outro e com o diverso” (Marcos, 2019, p. 101).

Com base no que foi observado e identificado no interior do assentamento Bernardo Marin II, no que se refere a atuação do Grupo de Mulheres Vitória da Luta, percebemos que, mesmo diante de uma série de situações que dificultam e comprometem a permanência do camponês em áreas de assentamento, existem inúmeras alternativas a serem desenvolvidas de forma a garantir a permanência do camponês em áreas conquistadas na luta pela terra, coordenada pelo MST.



Isso porque, conforme reitera (Shanin 2008), as comunidades camponesas na contemporaneidade têm demonstrado reais habilidades para ajustar-se a novas situações e são também flexíveis no processo de adaptação a novas formas de ganhar a vida. No caso específico do Grupo de Mulheres Vitória da Luta, ao se organizarem no processo de beneficiamento da castanha de caju, essas camponesas estão desenvolvendo novos métodos de produção combinando tarefas consideradas estritamente camponesas com trabalhos não-camponês.

Essa facilidade do camponês em adaptar-se aos mais variados contextos sociais e econômicos do mundo contemporâneo, contraria inclusive àqueles que previam sua extinção diante dos avanços do capitalismo. Além do mais, estão desenvolvendo práticas que complementam a renda familiar.

Quando indagada sobre o que o grupo de mulheres representa para o Assentamento, bem como para cada uma das integrantes, uma delas assim se pronuncia:

Representa um espaço de convivência social, participação política, representa a possibilidade de ter uma renda melhor através do nosso trabalho, representa a esperança de gerar novos postos de trabalho, envolver a juventude e fortalecer a comunidade na sua produção e renda[...]⁴.

Percebe-se então que, a existência do grupo não se restringe à produção dos derivados da castanha de caju de forma a possibilitar aumento na renda familiar das assentadas envolvidas no processo. Além de ser uma atividade produtiva, essa prática viabiliza relações de sociabilidade, cooperação e formação política das mulheres que integram o grupo. Pois ao mesmo tempo em que estas mulheres estão produzindo renda, também está sendo construída uma cidadania coletiva que fortalece as relações camponesas em defesa da resolução de problemas que envolvem sujeitos sociais que vivenciam um mesmo contexto social.

Em assim sendo, essa prática contribui para reelaboração dos saberes produtivos dos trabalhadores, uma vez que antes de serem assentados, o que era produzido a partir de um sistema de cultivo ou da criação de poucos animais, qualquer produção excedente que pudesse ser comercializada para custear o que estes não produziam, era exposto a venda de forma individual e quase sem nenhum valor agregado. Isso porque estes saberes, segundo (Pinheiro, 2002, p. 102), “são produtos do aprendizado vivido ao longo de sua existência, tem caráter histórico, são elaborados ao longo da trajetória de vida dos sujeitos ou foram herdados de seus antepassados”.

⁴Entrevista concedida em 14 de julho de 2025.



No contexto de um assentamento de reforma agrária, outras habilidades podem ser desenvolvidas de forma a dar conta de novas demandas. Aqueles saberes anteriormente adquiridos e vivenciados podem na compreensão de (Pinheiro, 2002) se apresentarem enquanto

limitados quanto a sua capacidade de dar conta da complexidade das mudanças nas relações sociais e de produção necessárias à construção da nova sociabilidade no assentamento, porquanto sua referência era o trabalhador e sua família como unidades aparentemente isoladas, não indicando relações com outros que estavam na mesma situação (p. 103).

E se um dos objetivos a ser alcançado com a conquista da terra é a transformação da realidade camponesa a partir do momento em que estes sujeitos se livram da exploração e sujeição do proprietário de terra quando estes passam a ter autonomia sobre o que deva ser produzido no interior do território que antes fora um latifúndio, é necessário que novos saberes sejam elaborados e praticados de forma a responder aos novos desafios advindos com tão desejada conquista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela reforma agrária em um país marcado por uma acentuada concentração de terras como no Brasil, exige perspicácia e, sobretudo mobilização de setores sociais que defendem a distribuição de terras para quem nela trabalha.

Quando efetivada a conquista resultante das mais variadas formas de pressão impetradas pelo Movimento que resultam na desapropriação e locação de famílias de sem-terra, a luta não se finda. No interior dos assentamentos, a luta é constante para permanecer na terra conquistada. Daí, a necessidade de se buscar alternativas que viabilizem a permanência dos camponeses e das camponesas nas áreas de assentamentos, como está sendo vivenciado no Bernardo Marin II.

Mas convenhamos que isso não se efetiva de maneira tão simples assim. Isso porque tal prática exige do assentado uma reelaboração de saberes produtivos que se adequem à nova realidade vivenciada, onde os saberes individuais devem dar lugar aos coletivos, sobretudo quando se trata de produções cooperativas, como no caso do grupo de mulheres aqui analisado.

Diante desse contexto, corroboramos com (FERNANDES; STÉDILE, 2012, p. 103-104), quando dizem que

É preciso levar em conta as condições objetivas e subjetivas da comunidade que vai aplicá-la. As condições objetivas são o nível de acumulação de capital existente, o tipo de produto que é possível produzir, as condições naturais existentes no assentamento. [...] As condições subjetivas são o grau de consciência política e a história de participação de uma determinada comunidade adquiridos na luta pela conquista da terra.



No que se refere ao Grupo de Mulheres do Bernardo Marin II, a superação das condições objetivas requer que o camponês e a camponesa tenham acesso à crédito subsidiado que possibilite a aquisição de equipamentos e capacitação produtiva no beneficiamento da castanha do caju. Atualmente, os maiores desafios do grupo são: a construção de um espaço adequado onde possam processar as castanhas de caju, principal matéria-prima por elas utilizada, recursos financeiros para a compra de equipamentos e encontrar mercado consumidor para os produtos por elas fabricados. Já as condições subjetivas podem ser alcançadas por meio de formações continuadas que possam reforçar a importância do trabalho cooperativo no interior do Assentamento.

O trabalho das mulheres camponesas do Bernardo Marin II representa também uma ruptura com o modo capitalista de produção de riqueza a partir da exploração do trabalhador. Isso porque, mesmo que a produção do grupo não gere uma renda extraída diretamente da terra, e sim do beneficiamento da castanha do caju, retirada da terra, a renda que elas produzem também não é fruto da exploração de quem quer que seja. Esse tipo de geração de renda se enquadra nos moldes de geração de renda defendido por, (Marcos, 2019, p. 100) quando a autora diz: “[...] pois não há exploração do trabalho de ninguém – são resultado do *trabalho direto de toda a família na terra*, e o que o camponês vende no mercado é o *produto do seu trabalho – e não o seu trabalho*, como o trabalhador assalariado, expropriado dos meios de produção, o faz”.

Para que as atividades desenvolvidas pelas mulheres do Grupo Vitória da Luta do Bernardo Marin II possam dar prosseguimento e continuar contribuindo para que estas construam a sociabilidade necessária para permanecerem na terra conquistada e gerando a renda a partir do trabalho coletivo de forma a promoverem uma vida digna, muito ainda tem que ser feito.

Mesmo que estas mulheres venham tentando dar continuidade aos trabalhos de beneficiamento da castanha de caju, elas precisam de condições físicas suficiente, equipamentos adequados, recursos financeiros necessários à aquisição de matéria-prima e embalagens para os produtos e também formar um mercado consumidor que absorva sua produção para que possam manter uma produtividade contínua com garantia de que vai ser comercializada.

Mas o grupo de mulheres não precisa somente de investimentos que possibilitem a construção de uma pequena agroindústria e de custeio que permita a compra de equipamentos que dinamizem o beneficiamento da castanha de caju. Por serem camponesas que estão



dispostas a desenvolverem uma atividade que requer conhecimento técnico de produção, armazenamento e comercialização de tudo que produzem, elas necessitam também de formação e capacitação adequada que possam fazer com que o trabalho delas possa ser reconhecido, prospere e seja capaz de gerar emprego e renda pra outros assentados e assentadas do Bernardo Marin II, principalmente a juventude. Dessa forma, estaria se constituindo no Assentamento as condições necessárias para a fixação dos camponeses que ali residem, evitando então que estes sejam forçados a procurem emprego nos ambientes urbanos.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Assentamento, Resistência Camponesa.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, F. A. G. de. **Segredos íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária**. Fortaleza: UFC Edições, 2000.

BOGO, A. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BRASIL DE FATO. **Assentados do MST conquistam certificação orgânica no Vale do Jaguaribe**, 22 mar. 2022. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2022/03/17/assentados-do-mst-conquistam-certificacao-organica-no-vale-do-jaguaribe/>> . Acesso em: 26 abr. 2024.

LIMA, C. Batizada de terra conquistada, MST lança marca de produtos da reforma agrária no Ceará. **Brasil de Fato**, 2022. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2022/12/23/batizada-de-terra-conquistada-mst-lanca-marca-de-produtos-da-reforma-agraria-no-ceara/>>. Acesso em: 14 mai. 2025.

DINIZ, A. S. **Trilhando caminhos: a resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação**. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. **MST formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012.

GUERRA, J. S. Associativismo de produção na agricultura. In GÖRGEN, F. S. A.; STÉDILE, J. P. (Orgs). **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis. Vozes. 1991. p. 115-131.

MARCOS, V. de. Campesinato, modo de vida e território. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Orgs.). **A necessidade da geografia**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 93-106.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 57-67, 2008.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1981.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SOUSA

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

MST. A experiência do MST na cooperação agrícola. In GÖRGEN, F. S. A.; STÉDILE, J. P. (Orgs). **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis. Vozes. 1991. p. 132-184.

MST. **Especial Dia da Caatinga: Mulheres que constroem a luta e a resistência no Ceará**, 26 de abril de 2022. Disponível em: <<https://mst.org.br/2022/04/26/mulheres-que-constroem-a-luta-e-a-resistencia-no-ceara/>>. Acesso em: 18 mai. 2025.

PINHEIRO, J. A. P. **Encontros e desencontros na luta pela terra: saberes e práticas do MST na construção da cidadania coletiva**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, p. 1-21, jun./dez. 2005.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-48.